

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.054.490 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
RECTE.(S)	: RODRIGO SOBROSA MEZZOMO
RECTE.(S)	: RODRIGO ROCHA BARBOSA
ADV.(A/S)	: RODRIGO SOBROSA MEZZOMO
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

DESPACHO:

1. Requereram ingresso neste feito, como *amicus curiae*, (i) a União Nacional dos Juizes Federais – UNAJUF, (ii) o jurista Modesto Carvalhosa, (iii) o Movimento Brasil Livre, (iv) o Clube dos Advogados do Rio de Janeiro e (v) o advogado Carlos Alexandre Klomfahs.

2. A UNAJUF afirma que a (in)constitucionalidade da candidatura avulsa interfere sobre os interesses de seus associados, juizes federais; Modesto Carvalhosa apresenta-se como acadêmico que tem contribuído com reflexões sobre o combate à corrupção e sobre as candidaturas apartidárias; o Movimento Brasil Livre – MBL define-se como organização sem personalidade jurídica responsável pela organização de protestos e manifestações de massa recentes; o Clube dos Advogados do Rio de Janeiro afirma tratar-se de organização existente desde 1926, voltada à reunião de intelectuais e à promoção de reflexão sobre grandes temas nacionais; Carlos Alexandre Klomfahs afirma ter intenção de concorrer às eleições presidenciais de 2026.

3. Não desconheço a importância de ampliar o debate das causas objeto de repercussão geral, sobretudo em casos de grande relevância, como o presente. Todavia, a admissão como *amicus curiae* pressupõe a demonstração de que o postulante possui “representatividade adequada” para o debate, nos termos do art. 138 do CPC/2015, de modo a que possa efetivamente contribuir para a solução da controvérsia, por deter experiência ou conhecimento qualificado sobre o tema. Confira-se o teor do dispositivo:

ARE 1054490 / RJ

“Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, **com representatividade adequada**, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.” (Grifou-se)

4. A meu ver, nenhum dos requerentes indicados acima atende ao requisito. O fato de ser afetado indiretamente pelo julgamento, de ter interesse intelectual na controvérsia ou intenção de oferecer candidatura em eleições futuras não torna os postulantes “representativos” de determinado segmento ou grupo.

5. De resto, a viabilidade ou não das candidaturas avulsas interessa a todos os cidadãos brasileiros, de forma que é efetivamente fundamental aferir a representatividade dos postulantes para ingresso no feito, sob pena de se comprometer a funcionalidade do processo.

6. Diante do exposto, indefiro os pedidos de ingresso como *amicus curiae*, por entender inexistente o requisito de “representatividade adequada”.

7. Requisito os autos do processo ao Ministério Público, tendo em vista sua inclusão em pauta. Intime-se. Publique-se.

Brasília, 29 de setembro de 2017.

MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO